

solidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos.

O arrocho salarial e a intensificação da exploração do trabalho foram os elementos básicos para a grande acumulação de capitais. Desde 1964, era o governo que fixava os índices anuais de reajustes salariais com base em cálculos da inflação passada, ficando os salários cada vez mais abaixo da inflação e da produtividade reais. O controle total sobre a política econômica e a circulação de informações permitia ao governo anunciar índices de inflação irreais, rebaixando ainda mais os reajustes salariais, como o caso flagrante ocorrido em 1973 com Delfim Neto como ministro da Fazenda.

Além do arrocho salarial, contou-se com a implantação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), instituído em 1966, que eliminou a estabilidade no emprego e facilitou aos empresários demitirem, aumentando assim a rotatividade e a insegurança dos trabalhadores e contribuindo para maior rebaixamento salarial.

Os salários deterioraram-se de tal forma que, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), o salário mínimo em 1975 teria que ser quase três vezes maior do que era para equiparar-se ao de 1958 e, para isso, o último aumento deveria ter sido de 275% e não de pouco mais de 40% (cf. Camargo, 1976, p. 45).

Isso tudo vinha aliado a uma redobrada extorsão do trabalho na produção — aumento do ritmo de trabalho, horas extras, normas de disciplina draconianas nos locais de trabalho, pressão das chefias, salários inferiores pagos às mulheres e menores.

Garantindo a política econômica do governo estava a repressão sistemática a qualquer manifestação operária, a proibição total das greves e o controle sobre os sindicatos. A ditadura militar não só manteve inalterada a estrutura sindical herdada de Getúlio Vargas, baseada na concepção

de conciliação de classes, no corporativismo e na unicidade sindical, como a reforçou intervindo para colocar ou manter cúpulas sindicais pelegas e imobilistas. Tudo isso convergiu para uma prolongada paralisia da luta sindical, embora nunca tenham deixado de existir, em todos aqueles anos, manifestações de resistência dos trabalhadores nas fábricas.

A “milagrosa” expansão da economia brasileira faziasse, pois, à custa da pauperização e do silêncio forçado de imensos contingentes de trabalhadores assalariados.

Além de controlar a política salarial e de subjugar a classe trabalhadora, o Estado teve um papel fundamental na expansão capitalista: removeu todo entrave à entrada dos capitais internacionais e à remessa de lucros; subvencionou o grande capital nacional e internacional com uma política de créditos abundantes, incentivos e isenções fiscais; ampliou e modernizou a infra-estrutura necessária à expansão das grandes empresas (estradas, portos, telecomunicações, energia elétrica etc.); e ampliou a presença do capital estatal em vários setores básicos (siderurgia, petróleo, petroquímica, mineração).

Ao mesmo tempo, o Estado patrocinou gigantescos projetos, chamados pela crítica de “projetos faraônicos” — a exemplo da Transamazônica e da ponte Rio-Niterói —, que, além de serem usados para alardear a ideologia do “Brasil Grande”, favoreceram o rápido enriquecimento de grandes empresas financeiras, empreiteiras, mineradoras, agropecuárias.

De uma forma geral, a política econômica da ditadura militar favoreceu a concentração de capitais, as fusões e associações de empresas, enfim, o predomínio da grande empresa nacional, estatal e especialmente multinacional, associadas ou não entre si, em todos os setores da economia. As multinacionais consolidaram o seu predomínio nas indústrias de ponta, como a automobilística, química e farmacêutica, eletro-eletrônica, máquinas e equipamentos, além de reforçarem sua presença na mineração e na agroin-